



# Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

## JOAQUIM PIRES JORGE de novo hospitalizado

A responsabilidade pelo agravamento da saúde deste dirigente do Partido Comunista Português e da classe operária pertence inteiramente ao governo e à sua PIDE-DGS. Mantendo-o preso visam purá e simplesmente matá-lo lentamente.

É preciso continuar insistentemente a reclamar a sua libertação imediata.

A vida de Pires Jorge corre grave perigo. É preciso salvá-lo!

# AO POVO PORTUGUÊS a todos os antifascistas

O momento político actual reveste particular importância. Os fascistas procuram recuperar o terreno que foram forçados a ceder no último ano e meio pela luta popu-

lar. A classe operária, o movimento democrático, procuram defender e consolidar as posições que conquistaram e prosseguem a luta por objectivos imediatos. Do resultado

imediate desta luta pode depender toda a evolução da situação política nos próximos anos.

## A situação é instável e perigosa

Pela crise que o regime atravessa, pelas suas contradições internas, pela limitada base social em que se apoia e pela amplitude do movimento democrático, o governo de «União Sagrada» de M. Caetano prossegue a sua demagogia «liberalizante». Mas, se, no ano e meio decorrido, as greves operárias, a acção política da Oposição, as lutas dos estu-

dantes, transformaram o que era uma manobra demagógica num recuo político efectivo do fascismo, — agora, o refluxo do movimento popular e o afrouxamento da acção política, podem permitir ao governo reconquistar posições, negar a satisfação de certas reivindicações imediatas, que a luta popular anterior pusera na ordem do dia, e impôr de novo o imobilismo da vida política, segundo

as tradições do salazarismo.

Para o movimento democrático, a situação é instável e perigosa. Depois de ano e meio de grandes sucessos, o movimento democrático, se perde a iniciativa e se se coloca numa posição defensiva, facilitará a recomposição do regime e a realização dos planos da camarilha governante.

## Dificuldades de adaptação à nova fase

Urge superar as dificuldades de adaptação à nova fase de luta, que se manifestam no movimento democrático.

Essas dificuldades resultam, em larga medida, de ilusões eleitoralistas largamente espalhadas, cuja súbita quebra provocou o esmorecimento e a desorientação de alguns; da propalanda dos capitulacionistas, que esperam que a liberdade seja um dia oferecida numa bandeja ao povo português pelos fascistas «liberalizantes»; dos esquerdistas, que procuram fazer crer que se pode pôr fim ao fascismo gritando frases pseudo-revolucionárias.

Essas dificuldades resultam também das novas exigências de combatividade revolucionária nesta nova fase, para responder às quais muitos democratas, se bem que valiosos e sinceros, não estão preparados. E ainda

duma certa perda de maleabilidade após a burla eleitoral, dum certo esquematismo e sectarismo em questões de organização, do enfraquecimento da ligação entre estruturas superiores e a base do movimento e do menor apelo à iniciativa de base.

Para que o movimento democrático marche em frente, para que a luta popular se desenvolva, as influências negativas do oportunismo de direita e de esquerda devem continuar a ser combatidas com firmeza e os problemas de organização e de acção devem ser resolvidos de forma a responderem a quatro finalidades: a continuidade do movimento legal, o reforço da unidade, a participação das massas, a intensificação de luta.

Em 1969, a luta política desenvolveu-se justamente convergindo para as possibilidades de acção legal abertas pelas «eleições» para

a Assembleia Nacional. Esse «eixo» da organização, acção e mobilização desapareceu com a burla eleitoral. Só ilusões constitucionais, legalistas e eleitoralistas, só posições de efectiva capitulação ante o fascismo, só a completa falta de confiança no povo, nas massas e nas próprias forças, pode levar a considerar que a única perspectiva de uma nova grande ofensiva política da Oposição será a repetição do esquema de 1969 daqui a quatro anos, quando da previsível nova burla eleitoral de 1973!

O regime não superou a sua crise. As forças populares, quando em movimento, são poderosas. Com confiança, com dinamismo, mobilizando as massas em torno de cada objectivo concreto, podem, nesta nova fase, criar-se rapidamente condições para uma nova ofensiva geral do movimento democrático

## As condições continuam favoráveis para a luta com objectivos imediatos

Apesar de menos propícias que antes da burla eleitoral, as condições continuam favoráveis para alcançar pela luta objectivos concretos imediatos, como a dissolução de facto da PIDE, a dissolução da Legião Portuguesa, a Amnistia, a abolição das «medidas de segurança», o aumento geral de salários, a abolição da Censura, a gestão democrática dos Sindicatos Nacionais e Associações de Estudantes, a criação de organizações legais e de meios de informação progressivos.

As condições continuam favoráveis para alcançar o reconhecimento de facto, se não

de direito, da existência legal da Oposição democrática, da sua actividade, organização e propalanda.

São ainda favoráveis para o desenvolvimento de grandes movimentos nacionais organizados, designadamente da juventude, das mulheres, sindical e pela amnistia.

São ainda favoráveis para alargar a luta pelas reivindicações democráticas imediatas fundamentais: pela liberdade de associação, de expressão do pensamento, de reunião, de manifestação, de greve e sindical, pelo fim imediato da guerra colonial, por uma viragem

na política externa, na base de relações pacíficas com todos os povos.

As medidas demagógicas do governo, através das quais procura, com pinturas de fachada, dar aparente satisfação às reclamações populares, conferem a estas reforçada legitimidade. Voltar contra o governo e sua própria demagogia continua a ser uma linha de acção adequada ao momento que vivemos.

Se os esforços principais se concentrarem nessas direcções, podem alcançar-se importantes êxitos e obrigar o fascismo a reais concessões.

## Não se pode parar onde se está: Ou o movimento avança, ou será obrigado a recuar

Entretanto, as forças antifascistas estão, no imediato, ante uma alternativa.

— ou dão agora, sem perda de tempo, passos decisivos nessas direcções; ou reforçam agora, sem perda de tempo, a acção de massas na luta por esses objectivos; ou conseguem nesta base, fortalecer rapidamente a organização, os quadros, o apoio popular; e então abrem-se ao movimento democrático amplas perspectivas de desenvolvimento a cur-

to prazo e agrava-se a crise do regime; — ou deixam arrastar a realização dessas tarefas, e então o momento favorável passa e o movimento democrático retrocederá, perderá muitas das posições alcançadas, será obrigado a refazer um longo trabalho e deixará campo livre ao recrutamento do desânimo e dos oportunismos de todos os matizes.

A situação actual, precária e instável, coloca o movimento democrático ante a impe-

riosa necessidade de iniciativa e dinamismo. Não tem possibilidade de se manter tal como está. Ou avança insistindo na linha de acção legal e semi-legal que conduziu aos importantes êxitos de 1969, e encontrando também ao mesmo tempo outras formas de organização e acção adequadas à fase de luta que se atravessa e necessárias para defrontar a política repressiva fascista com que há que contar, ou então será forçado a um sério recuo.

(continua na 2.ª pag.)

## O movimento democrático tem força bastante para caminhar em frente

A classe operária, as forças antifascistas, os estudantes, alcançaram no ano e meio decorrido grandes sucessos e numerosas vitórias em lutas parciais, que só o fascismo e os derrotistas estão interessados em menosprezar. Adoptando formas maleáveis de organização e acção, a Oposição criou um grande movimento unitário organizado. A organização dos trabalhadores, da juventude, das mulheres deu importantes passos. Entraram na luta milhares de novos activistas. O imobilismo político foi quebrado e o governo obrigado a uma posição defensiva. Trata-se de vitórias e de posições conquis-

tadas, com grande significado e alcance. A partir delas, incomparavelmente mais forte que ano e meio atrás, as massas populares, o movimento democrático, estão em condições mais vantajosas para prosseguir a luta.

A classe operária, as massas populares, a juventude, o movimento democrático, têm força bastante para responder à política fascista e para manter, consolidar e alargar as posições conquistadas, para obrigar a ditadura a satisfazer reivindicações parciais, não lhe dando possibilidade de se recompor de sua crise, das suas dificuldades, dos seus desejos.

Para isso, é necessário não abrandar os esforços, não dar tréguas ao inimigo, e pelo contrário reforçar a unidade, mobilizar as forças, chamar as massas à acção, multiplicar e alargar as lutas com objectivos imediatos, preparando assim uma nova grande ofensiva política.

Para isso, é necessário que esteja bem presente no espírito dos dirigentes e das massas, que, se existem condições para alcançar importantes êxitos, estes só pela luta poderão ser alcançados. No actual momento, para o movimento democrático legal, parar é morrer.

## A unidade, factor essencial do êxito

A unidade antifascista, forjada na acção e para a acção, é um factor essencial do progresso da luta popular.

Em 1969, deram-se importantes passos no caminho da unidade. Assente na unidade da classe operária e das massas, forjada na acção popular contra a ditadura e no combate ao oportunismo, a unidade democrática, renovada e revigorada pelo apoio popular, constitui uma das grandes aquisições da Oposição nesse período de luta.

Seria de graves consequências para a con-

tinuidade e desenvolvimento do movimento democrático, se os sucessos alcançados em 1969 levassem à ideia de que as forças democráticas, que se uniram na acção e se reforçaram unidas, poderiam permitir-se separar-se agora, procurando cada qual o seu caminho.

É indispensável o reforço da unidade alcançada. É indispensável a continuação da luta conjunta pela consolidação da actividade legal organizada da Oposição. É também necessário continuar defendendo a

unidade sem discriminações, a unidade dos antifascistas de todos os sectores sem excepção, na luta com objectivos concretos imediatos.

Dada a complexidade da situação, o Partido Comunista Português declara-se pronto a considerar, com todos os sectores políticos da Oposição que o desejem, os objectivos da luta, os métodos de acção, as formas de cooperação e de unidade, tanto legal como clandestinas.

## A política do governo conduzirá o país à guerra civil

No último ano e meio, os acontecimentos comprovaram a análise e as advertências do PCP, segundo as quais a demagogia «liberalizante» visa reforçar as estruturas do Estado fascista e se não pode esperar que ponham fim ao fascismo aqueles mesmos que pretendem salvá-lo.

A recusa do governo de M. Caetano em atender às reclamações democráticas mais elementares, a burla eleitoral, as tentativas para amordaçar completamente a Oposição impedindo-lhe todas as formas de organização e acção legal, a desvergonhada mentira das medidas demagógicas, comprovam que M. Caetano não procura conduzir qualquer real processo de «liberalização» (como afirmam

os oportunistas) mas procura sim fortalecer a ditadura fascista e prosseguir a política salazarista nos aspectos fundamentais.

Continuando hoje a associar a demagogia e a repressão e a afivelar a máscara «liberalizante», o governo está decidido a recorrer (se puder) à violência mais brutal e inclusivé a guerra civil, no dia em que considere ameaçada a sua existência.

Ao longo dos anos, as forças democráticas, o povo português, têm procurado incessantemente utilizar todas as possibilidades constitucionais e legais duma modificação da política portuguesa, segundo a vontade do povo e da nação. Isso ficou uma vez mais demons-

trado em 1969. É a ditadura fascista (ontem com Salazar, hoje com M. Caetano) que, respondendo sistematicamente às reclamações populares com a repressão, privando a nação portuguesa das liberdades mais elementares, persistindo na sua política antipopular e antinacional, negando-se a cumprir a sua própria Constituição e as suas próprias leis sempre que pensa que estas não protegem suficientemente os interesses dos monopólios e da camarilha governante, — é a ditadura fascista que impede uma solução pacífica do problema político português e que toma plena responsabilidade da luta violenta a que a sua política inevitável e necessariamente conduzirá.

## A perspectiva revolucionária

Os factos comprovam que a perspectiva real para o derrubamento da ditadura fascista não é uma imaginária evolução do fascismo para a liberalização e da liberalização para a democracia, mas o desenvolvimento da luta de massas e finalmente, numa situação revolucionária, o levantamento nacional, a insurreição popular.

Sem esta perspectiva, o movimento popular, por muito amplo e corajoso que seja, condenar-se-ia à impotência nos momentos

decisivos. Com essa perspectiva, todas as lutas com objectivos imediatos, por muito limitados que sejam, todas as formas de luta, mesmo em tal ou tal fase predominem as formas «inferiores», ganham nova dimensão e nova dinâmica, inserem-se conscientemente no processo revolucionário, são motivo de novo entusiasmo e dedicação.

É para essa perspectiva revolucionária que deve ser ganho o movimento democrático e as massas populares. É na base dessa

## As tarefas do momento

O caminho para o triunfo sobre o fascismo é um duro caminho, que exige e exigirá infatigável persistência, combatividade, coragem, disposição para os sacrifícios. Na classe operária, no povo português, existem energias bastantes para prosseguir com confiança esse caminho. Os antifascistas têm de encarar-lo de frente e trabalhar para realizar as tarefas de hoje tendo em vista as tarefas de amanhã.

A impaciência pequeno-burguesa não o compreende assim e pretende soluções fáceis, totais e imediatas. Assim como sonhara pôr fim ao fascismo na burla eleitoral organizada por este, assim, desfeita a ilusão, pretende que as formas de organização e acção legais e as lutas de massas «não dão nada» ou têm importância secundária e que se deve passar já à luta insurreccional, para a qual estariam criadas as condições necessárias, ou considerar um «putche» a única solução.

O processo revolucionário é porém mais complexo. Nem há que esperar pôr fim ao

fascismo com a luta legal e semi-legal, nem há que esperar sem essa luta chegar às batalhas finais contra a ditadura.

No momento actual, para impedir que o fascismo se consolide no poder e para assegurar o desenvolvimento do movimento democrático na sua mais ampla perspectiva, são tarefas fundamentais:

- Reforçar a unidade já alcançada e procurar interessar nas acções comuns todos os antifascistas;
- Manter tenazmente, através da acção, o direito à existência e actividade legais da Oposição democrática;
- Multiplicar as lutas de massas com objectivos concretos imediatos, de natureza económica, política e cultural, criando as organizações e organismos necessários para dirigilas;
- Transformar o movimento da juventude, sindical, das mulheres e pela amnistia em grandes movimentos nacionais organizados;

perspectiva que se têm de encarar as limitações do exclusivismo das formas legais de organização e actividade apesar da sua decisiva importância no momento actual, a necessidade da associação do trabalho legal e do trabalho clandestino, a criação das estruturas políticas e dos meios de acção que permitam passar, segundo as circunstâncias e os momentos, de umas para outras formas de luta tendo sempre em vista que a acção de massas desembocará finalmente numa luta revolucionária aguda.

- Conquistar e segurar posições nas organizações de massas;
- Insistir nas formas legais e semi-legais de organização e acção, como direcção principal do movimento democrático na actualidade;
- Criar ao mesmo tempo num outro plano, sem quaisquer perigosas sobreposições, as estruturas clandestinas que a evolução da situação for aconselhando.

Do cumprimento destas tarefas depende o futuro do movimento democrático e a evolução da situação política.

Tanto o fascismo como o movimento democrático estão numa curva difícil. É necessário que dela saia o fascismo enfraquecido e o movimento democrático reforçado.

Retomando com confiança a iniciativa, dando provas de dinamismo, mobilizando os activistas, chamando e conduzindo à acção as massas, o cumprimento dessas tarefas pode ser assegurado.

# AMPLIA-SE A BATALHA NOS SINDICATOS

Representando centenas de milhares de trabalhadores de todo o País, metalúrgicos, vidreiros, operários têxteis, bancários, empregados de comércio, jornalistas, operários têxteis dos lanifícios do distrito de Lisboa e da Covilhã, padeiros, empregados de escritório da indústria metalúrgica do Porto e de Lisboa, empregados de escritório da cerâmica e do vidro, de Lisboa, empregados de seguros, operários e empregados de escritório da Companhia das Águas de Lisboa, ferroviários, cobradores dos telefones de Lisboa e Porto, vendedores de automóveis, profissionais de artes gráficas, empregados da TAP, profissionais de enfermagem, costureiras, profissionais de moagem do distrito de Lisboa, pessoal das indústrias químicas, profissionais de escritório das indústrias metalúrgicas e metalomecânicas, profissionais da indústria do papel, motoristas, sapateiros, entre outros, têm-se destacado recentemente na arena sindical, na luta pela revisão de Contratos Colectivos de Trabalho e direcções honestas nos sindicatos, particularmente.

Sob a pressão constante dos trabalhadores, em muitos casos, as direcções vendidas ao patronato e ao governo começam a não poder acumular as falcatruas e ilegalidades como até aqui. Os exploradores começam a ser impedidos de protelar as negociações dos C.C.T. tão escandalosamente como o têm feito. Na contra-ofensiva do patronato, os C.C.T. são assinados apressadamente e nas costas da classe ficando a maior parte das reivindicações dos trabalhadores por satisfazer. Tal acaba de acontecer com os vidreiros, como já acontecera anteriormente com os ferroviários e muitos outros.

Sob o impulso adquirido pelo movimento sindical, as manobras dilatatórias e de divisão, as ilegali-

dades «oficiais» vêm à tona. O C.C.T. dos empregados do comércio tem 30 anos, o dos profissionais de escritório das indústrias metalúrgicas e metalomecânicas é reclamado há 11 anos. O Grémio dos Vidreiros, que agora pretende impôr um Contrato-burla aos trabalhadores, opôs-se sistematicamente a assinar um novo C.C.T. durante 6 anos. Perde-se o conto de casos como estes.

A nova legislação sindical marcelista deixa uma larga margem de manobra que o patronato já está a utilizar. No Sindicato dos Jornalistas, uma Comissão de elegibilidade constituída à sombra desta lei, foi ao ponto de exigir dos membros de uma das listas a entrega dum sem número de documentos num prazo de 3 dias, a fim de ser provado: estarão no gozo dos seus direitos civis e políticos, não serem falidos, nem insolventes, nem... dementes...

O caudal reivindicativo que alastra nos sindicatos faz estremer os alicerces destes instrumentos de exploração e de opressão ao serviço do patronato e do governo. A massa aguerrida de milhares e milhares de trabalhadores que actua nos sindicatos, está a pôr em causa as suas estruturas corporativas reivindicando cada vez mais claramente a gestão democrática dos sindicatos, criticando e expulsando as direcções rafeiras do patronato e do governo e elegendo direcções honestas e representativas dos trabalhadores.

Em muitos sindicatos, como recentemente no dos Empregados do Comércio de Lisboa, as listas da direcção lacaia são batidas por esmagadora maioria pelos dos trabalhadores. Num ambiente de extrema indignação e de combate, 1.500 vidreiros reunidos em Assembleia Geral, convidam a direcção lacaia a demitir-se. O pessoal de indústrias dos lanifícios do distrito de Lisboa e os empregados

de escritório do sector metalúrgico de Lisboa censuraram as direcções por não informarem a classe acerca do andamento das negociações, tendo os últimos declarado que não autorizam alterações às condições propostas pelos trabalhadores para o novo Contrato. Os profissionais da indústria hoteleira reclamam por não terem sido avisados da Assembleia Geral para a eleição dos corpos gerentes.

Com direcções honestas nos sindicatos, os trabalhadores põem uma frente unida à exploração e às manobras do patronato e do governo. Desta forma, as justas reivindicações dos bancários têm sido enérgica e firmemente defendidas. A proposta de um Encontro Nacional numa Assembleia com 700 bancários em Lisboa, tal como a recente prorrogação pelo tribunal arbitral de mais 1 mês para deliberar sobre o C.C.T. são o resultado da firmeza combativa dos bancários, da sua ligação e apoio às direcções fiéis à classe.

Por isso o governo defende as direcções lacaia com o seu aparelho policial e a censura e «oficializa» as suas ilegalidades. Os metalúrgicos do Porto, em luta pela homologação da lista eleita pelos trabalhadores há mais de um ano, concentraram-se no sindicato para reclamar mas em vez do presidente encontram a porta da sede guardada por numerosos agentes da PSP e da Pide. Quando expõem a situação ao Secretário das Corporações, este não só tenta convencê-los de que o ministro nada conhecia sobre as ilegalidades como se permite dar conselhos aos metalúrgicos para que escolham «nomes limpos» para uma nova lista. Entretanto, sob a alçada do ministério das Corporações, era feito um inquérito sobre a idoneidade da lista ilegalmente não homologada.

Com toda a espécie de dificuldades e entraves a vencer, os trabalhadores continuam a acorrer, em número crescente aos sindicatos. Tais factos confirmam a justeza da orientação do Partido Comunista Português que, ao longo dos anos, tem apontado aos trabalhadores a luta sindical sob a palavra de ordem: «transformar os sindicatos fascistas em campos de batalha pelas suas reivindicações fundamentais». Nesta etapa da luta, impõe-se a união dos trabalhadores da mesma classe, ao nível regional e do país, num vasto movimento para a conquista da liberdade sindical.

## 14 DIAS DE GREVE VITORIOSA dos têxteis em Unhais da Serra

Unhais da Serra foi ocupada pelas forças repressivas. Quem ameaçava a «ordem»?

Para os exploradores da «Penteadora» e para o governo que os serve, o perigo vinha das operárias têxteis, que se recusavam a aceitar um ritmo de trabalho ainda mais intenso que o patronato lhes queria impôr.

Firmes e unidas, as valentes operárias tinham recorrido à greve, desafiando a «ordem» de exploração que suga o sangue e o suor dos trabalhadores. A greve foi secundada por todos os operários.

Enquanto um forte contingente da GNR, na rua, defendia os interesses egoístas dos exploradores, espancando brutalmente os trabalhadores, na fábrica eram despedidas 7 operárias.

A greve prosseguiu neste clima de intensificação e violência, sem que a determinação combativa

dos trabalhadores vergasse um só momento, passando a exigir a anulação dos despedimentos.

Ao cabo de 2 semanas de greve, a vitória foi total.

A greve na «Penteadora» é um exemplo a seguir pelos operários têxteis da Serra da Estrela e de todo o País.

## GREVE NA FÁBRICA DE LIMAS o Feteira recua

Acobertado pelas autoridades fascistas, o tubarão Feteira temido os punhos livres para levar a cabo uma exploração desenfreada na fábrica de limas de Vieira de Leiria.

Mas desta vez teve de recuar. De nada lhe valeu o apoio conjugado das forças policiais e do delegado do Instituto Nacional de Trabalho ante a força firme e unida dos metalúrgicos. Estes reivin-

dicam aumento de salários fixando no mínimo de 80\$00 o salário dos oficiais. Por isso recorreram à greve de braços caídos no dia 2 de Fevereiro (toda a tarde) e na manhã seguinte.

Só depois de terem arrancado um aumento imediato de 16%, e a promessa, feita pelo Feteira e pelo delegado, de que a situação iria ser revista, é que os metalúrgicos decidiram retomar o trabalho.

## GREVE DE ZELO nos hospitais civis de Lisboa

Após sucessivas reuniões com centenas de enfermeiros e enfermeiras, com o apoio activo dos médicos, o pessoal dos Hospitais Civis faz greve do zelo a nível geral recusando-se a realizar quaisquer serviços que não digam respeito à especialidade de cada um. A vida hospitalar ficou completamente desorganizada em virtude do cumprimento rigoroso do regulamento.

Depois do aumento irrisório, o pessoal de enfermagem manifesta de todas as formas o seu descontentamento.

No dia 2 de Fevereiro, dia marcado pelo ministro da Saúde para receber uma delegação, os enfermeiros tinham a polícia de choque e cães-polícias à sua espera. A greve do zelo que se iniciara em alguns hospitais, alastra e generaliza-se desde então. No dia 14, esta forma de luta ainda se mantinha.

Apoiando os enfermeiros, os médicos puseram a circular um abaixo-assinado, entregue superiormente, em que acusam o governo de ter deixado a situação atingir ponto tão alarmante. Um assistente do Hospital de S. José, Dr. Botelho de Sousa, como oveja ralhosa, tentou obrigar a enfermeira-chefe do banco a forçar as enfermeiras a quebrar o zelo. Não o conseguiu. Porém, no Hospital dos Capuchos, as enfermeiras não conseguiram opôr às suas pressões a unidade e a firmeza necessárias.

Seguindo o exemplo dos seus colegas de Lisboa, os enfermeiros dos Hospitais Civis do Porto, em abaixo assinados, apoiam e fazem suas as mesmas reivindicações.

Para que a luta avance, impõe-se que em cada hospital os enfermeiros controlem e apoiem os seus representantes desmascarando todas as manobras de divisão em que só o governo pode estar interessado. Só a unidade dos enfermeiros, dentro de cada hospital e à escala do País, poderá forçar o governo a atender as suas justas reivindicações.

## OS ASPIRANTES DAS C. MUNICIPAIS travam uma luta unida

Os aspirantes das Câmaras Municipais estão em luta por maior aumento e contra a reclassificação introduzida pelo ministro do Interior que os prejudica.

Vencendo pressões e intimidações dos funcionários superiores e do governo, os aspirantes elaboraram um abaixo-assinado reivindicativo que obteve rapidamente a adesão de mais de 200 Câmaras de vários distritos e pediram ao ministro que recebesse uma delegação nacional.

Dizendo-se muito ocupado (sem dúvida com a repressão), S. Ex.<sup>a</sup> o ministro, depois de se ter recusado a receber a delegação dos aspirantes, responde deste modo, por intermédio do seu secretário, à exposição colectiva dos aspirantes: ao contrário do que pensavam e diziam, o despacho contra o qual reclamavam apenas lhes trazia vantagens e mais vantagens...

Mas os aspirantes voltaram à luta, fortalecendo ainda mais a sua unidade à escala nacional, vencendo todas as intimidações e manobras de divisão, até serem satisfeitos as suas reivindicações.



## OS MÉDICOS EM GREVE denunciam o estado caótico dos serviços de saúde

Nos dias 18, 19 e 20 de Fevereiro, os médicos dos Hospitais Cívicos de Lisboa declararam-se em greve administrativa: só atendiam a urgência externa, não assinavam o livro de ponto nem quaisquer papéis.

A greve fora precedida de 2 amplas Assembleias gerais em que centenas de internos e graduados haviam discutido e aprovado importantes moções e resoluções.

Condenando «todo um conjunto de deficiências técnicas e de falta de estruturas ou de estruturas anquilosadas» de que é vítima o doente hospitalar, os médicos denunciam as situações diárias de flagrante atentado da dignidade humana que, segundo as suas próprias palavras, são «passíveis de procedimento judicial em qualquer país dito civilizado».

Ante a situação caótica a que chegaram os Hospitais Cívicos, os médicos não reclamam apenas a satisfação das suas reivindicações específicas, como maiores vencimentos e outras regalias de que estão privados. Defendem a sua dignidade profissional e a saúde pública.

O governo tudo têm feito para impedir que o eco da luta dos médicos chegue ao povo português. A censura corta todas as notícias enquanto a PIDE-DGS apreende 1.500 exemplares das resoluções dos médicos, que estes insistem em reeditar. Ao mesmo tempo, o Secretário de Estado da Saúde é forçado a receber várias vezes representantes dos médicos e cede, mas apenas no que está ao alcance das escassas verbas do Ministério. Demagógicamente, incluiu na Comissão de Coordenação, por ele criada um conhecido médico opositorista, mas não aprova as amplas reuniões dos médicos ameaçando veladamente com a alçada de «ordem» pública.

Porém, tal como haviam decidido numa moção aprovada por unanimidade, os médicos conti-

nuaram a levar por diante a sua luta e a pôr em prática, entre outras, as seguintes medidas:

- Alertar por todos os meios ao seu alcance, a consciência do País para a situação degradante para médicos e doentes, a que chegaram os Hospitais Cívicos de Lisboa;
- endossar para a Administração toda a responsabilidade da situação presente, que porventura lhes queiram imputar;
- denunciar todas as medidas tomadas pela Administração que pretendem adiar ou evitar a solução justa dos problemas mais prementes e recusar-se a colaborar nessas medidas.

Seguindo o exemplo dos seus colegas de Lisboa, os médicos do Hospital de S. João, no Porto, realizam Reuniões Gerais com centenas de presentes, enviaram um telegrama de apoio à sua luta, e apresentam as mesmas reivindicações num telegrama ao Secretário de Saúde, advertindo-o de que recorreriam igualmente à greve se as suas reivindicações não fossem atendidas.

Contra as manobras dilatórias do governo, deve erguer-se a barreira da cooperação e da coordenação dos médicos dos hospitais não só de Lisboa e Porto, como de todo o País.

A luta dos médicos dos Hospitais Cívicos, pelas suas características democráticas e progressistas, deve ser apoiada por todo o movimento democrático e pelo povo português em geral.

## DOIS MILHÕES DE CONTOS pelo tráfico de 100.000 trabalhadores

A recente visita a Portugal do ministro dos Estrangeiros do Luxemburgo expressamente para «estudar as possibilidades de alargamento da ida de mão-de-obra portuguesa para aquele país» levantou a ponta do véu dum miserável negociata. As visitas, embora menos recentes, de personalidades políticas e da indústria da Alemanha Ocidental a Portugal e as visitas de responsáveis políticos e governamentais portugueses à República Federal Alemã, tiveram, entre outros objectivos, regular também o tráfico de trabalhadores portugueses para este país. E que dizer da negociata com o governo da Suécia? A demagogia patrioteira da camarilha caetanista por causa das relações de círculos deste país com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, visava já encobrir este sujo negócio.

20 contos é quanto o governo do «patriota» M. Caetano vai receber de comissão pela venda da força de trabalho de cada um dos 100.000 trabalhadores portugueses a exportar em breve, legalmente, através da emigração negociada com os governos da República Federal da Alemanha, Suécia, Suíça e Luxemburgo.

O recrutamento é contingenteado, atribuindo-se quantidades para cada distrito e concelho: 8.000 trabalhadores no concelho de Braga,

## NO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE LÉNINE COMEMOREMOS O 1.º DE MAIO lutando nas empresas e nas ruas

Centenas de milhar de operários e outros trabalhadores da cidade e do campo participaram ao longo dos doze meses que nos separam do 1.º de Maio de 1969, no mais variado tipo de lutas, desde a simples petição à greve e manifestações de rua, por melhores condições de vida e de trabalho; pela liberdade sindical, e direito à greve; contra a repressão e pela amnistia; contra a guerra colonial e pela paz; pela liberdade política e a democracia.

Saudando calorosamente os trabalhadores da cidade e do campo pelo dia 1.º de Maio, dia internacional dos trabalhadores, dia de festa, de luta e de solidariedade proletária, o «Avante!» chama-os a organizarem com determinação e confiança nas próprias forças pequenas e grandes acções nas fábricas e nas empresas, nos locais de trabalho ou partindo deles, nas localidades, nos bairros, por reivindicações concretas e imediatas.

- Por aumento de salários;
- contra as horas extraordinárias como sistema;
- pela diminuição da jornada de trabalho;
- pela liberdade sindical e direito à greve;
- contra a repressão política e pela amnistia;
- contra a guerra colonial e o regresso dos soldados;
- Pela liberdade política.

Nenhuma oportunidade de acção deverá ser desprezada para

comemorar o dia dos trabalhadores: paralisações, mesmo curtas, que dêem tempo para representar aos patrões ou gritar as reivindicações mais imediatas; pequenas manifestações, partindo das fábricas e locais de trabalho ou das pequenas e médias localidades, mesmo apenas com o tempo necessário para gritar as reivindicações e aspirações dos trabalhadores; reuniões, grandes ou pequenas, devem e podem ter lugar por toda a parte, mesmo nas fábricas e empresas, para discutir os problemas na ordem do dia e decidir sobre as formas de acção a levar a cabo.

Muitas pequenas acções podem representar uma grande jornada de luta favorável aos trabalhadores. E se estes souberem organizar a coordenação das pequenas acções terão lugar grandes acções de massas contra a exploração capitalista e contra a ditadura fascista.

Não deixar nada à espontaneidade. Que uns não esperem pelos outros para arrancar para a acção. Todos os esforços devem ser feitos para organizar e coordenar, com Comissões várias para tarefas várias.

Avante, trabalhadores, por um 1.º de Maio de acções reivindicativas económicas, sociais e políticas!

Pelo reforço e alargamento da unidade da classe operária e de todos os trabalhadores da cidade e do campo!

Pelo fortalecimento dos laços que unem e irmanam os trabalhadores portugueses aos trabalhadores de todos os países do mundo, em especial aos da grande União Soviética que este ano festejam com grandes vitórias na construção do comunismo, o centenário de Lénine, que foi o maior génio da Revolução, fundador do primeiro Estado Socialista do mundo, chefe e guia genial dos trabalhadores do mundo inteiro!

Viva o dia 1.º de Maio!

## GREVE DAS VENDEDEIRAS no mercado de Viseu

Uma taxa de ocupação 50 vezes mais cara. Nada mais do que isto exigia a Câmara às vendeadeiras do mercado de Viseu. Até ali pagavam 5500 por metro quadrado e por mês. Daí para diante passariam a pagar 5500 por metro quadrado, mas por dia!

Porém, tão escandaloso roubo não chegou a ter lugar porque as vendeadeiras não o permitiram. Depois dum abaixo-assinado de protesto, que a Câmara não stendeu, as vendeadeiras, num total de cerca de 40, recorreram à greve. Nos dias 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro, o mercado abriu normalmente mas as vendeadeiras não apareceram.

Forçado a receber as vendeadeiras, o presidente da Câmara procurou debaixo convencê-las que se tratava apenas dum engano de que o cobrador (pobre cobrador) era o único responsável...

A firmeza e a coragem das vendeadeiras levou a melhor. O presidente da Câmara teve de contentar-se com um aumento mais modesto.

## RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Transmite todos os dias das 8 às 8,30 em 19 metros; das 19 às 21 horas em 26 metros. A última emissão é transmitida das 0,20 às 0,50 em 26, 32 e 36 metros.



## A JUVENTUDE NA LUTA PELA PAZ

# QUE O POVO PORTUGUÊS NÃO SUJE AS MÃOS com o sangue dos povos de Angola, Guiné e Moçambique

O dia 21 de Fevereiro foi de novo assinalado por uma manifestação da juventude estudantil de Lisboa, contra o imperialismo americano e pelo fim das guerras coloniais, de solidariedade ao heróico povo vietnamita.

«Tirem as mãos do Vietnam», «Tirem as mãos de Portugal», «Não ao progresso de exploração e guerra», «Abaixo o imperialismo americano», «Que o povo português não suje as mãos com o sangue dos povos de Angola, Guiné e Moçambique», «Manifestemo-nos contra a guerra colonial, contra a repressão e a exploração, pela independência imediata das colónias! Pelo derrube do regime fascista e pela libertação imediata de Portugal do domínio imperialista!», «pela Paz, pelo Pão, pelo Progresso Social», tais eram as palavras de ordem contidas em milhares de tarjetas e manifestos distribuídos antes e durante a manifestação.

Respondendo a este apelo, cerca de 500 jovens concentraram-se no Martim Moniz, onde enfrentaram as forças repressivas (PIDE-DGS e PSP) entoando com força o hino nacional. As duas palavras de ordem que então surgiram foram segundas: «ir para o Rossio» e «ir para a Estefânia». O que deu lugar a duas concentrações.

No Rossio, a polícia de choque cai em força sobre 300 jovens. «Abaixo o fascismo» e outros gritos de protesto partem dos manifestantes.

Na Estefânia, perto de 200 jovens manifestaram-se durante meia hora interrompendo o trânsito e clamando em uníssono: «Abaixo o fascismo», «Fim à guerra colonial!», «Abaixo o imperialismo!», «Viva a Revolução Democrática e Nacional!». Em seguida avançaram para o Saldanha e Campo Pequeno, sempre

em manifestação e pelo meio da rua, seguidos a passo pelos carros.

Na Avenida da República, o povo bateu palmas e manifestou-se com os estudantes. No Campo Pequeno, junto do edifício onde esteve instalada a sede da CDE, a manifestação terminou em apoteose, com mais 300 participantes do que havia começado, aos gritos de «Viva a CDE!», «Viva a CDE de Lisboa!»

O dia 4 de Fevereiro deu também lugar a várias manifestações de solidariedade dos estudantes de Lisboa e Coimbra à luta do povo angolano pela sua liberdade e independência nacional.

Em Lisboa, na Cidade Universitária, cerca de 300 estudantes transformaram em «meeting» uma concentração. Em Coimbra, numa República, centenas de estudantes e vários democratas assinalam a data numa reunião.

Colóquio sobre política colonial — As forças policiais invadiram a Cantina Un. versitária, a fim de impedir a realização do colóquio, ameaçando de prisão os estudantes que nele intervissem. Mas os estudantes não se deixaram intimidar e convocam para o dia seguinte à mesma hora os seus colegas de todas as escolas de Lisboa. Verificando que a Cantina estava de novo cercada pela polícia, os estudantes, que haviam acorrido em grande número, dirigiram-se para a Faculdade de Letras onde conseguiram finalmente realizar o colóquio como haviam decidido.

No dia 1 de Janeiro, no Porto, dezenas de jovens trabalhadores, constituindo brigadas, distribuíram à mão, exemplar por exemplar, milhares de tarjetas com o emblema do desarmamento e a inscrição «Amor-Sim, Guerra-Não» — «Dia Mundial da Paz».

Nos cafés, paragem de autocarros, saídas de espectáculo, portas

de colectividades, e mesmo nos quartéis, cobrindo uma vasta zona da cidade, os jovens trabalhadores fizeram chegar à população uma mensagem de paz, condenando as guerras coloniais e chamando à luta pela Paz nas colónias, no Vietnam, no Médio Oriente, pelo regresso dos soldados, por uma solução por negociações para as guerras coloniais.

Outras iniciativas foram levadas a cabo na Escola Técnica de Matosinhos, por exemplo, num pequeno debate, os jovens concluíram pela injusteza da guerra em geral e pelos prejuízos que a guerra nas colónias traz aos jovens portugueses.

Para a frente, jovens trabalhadores, e estudantes unidos na mesma frente de combate contra as guerras coloniais, pela Paz!

## AS MULHERES comemoram O 8 DE MARÇO

Centenas e centenas de mulheres em diversos pontos do País, celebraram o dia 8 de Março.

Colóquios tiveram lugar no Barreiro, no Porto e em Évora, e outros estavam projectados noutras localidades. No Porto, na Covilhã da Piedade e noutras localidades, foram realizadas sessões de convívio. Em Sintra e no Barreiro, animados piqueniques de confraternização.

O piquenique de Sintra reuniu largas centenas de mulheres vindas de Lisboa e dos arredores. Usando a palavra, várias democratas aludiram aos graves problemas da mulher, aos seus ensaios de progresso e de Paz. Sob o comando directo da Fije DGS, a GNR apareceu no local vigiando e intimidando. Vários democratas presentes, homens e mulheres, formaram fileiras sob a metralhadora apertada da GNR.

Reagindo com um clamor de protesto contra esta provocação policial, levando a cabo várias manifestações, abertas e abertamente, as mulheres demonstraram que estão dispostas a defender a todo o transe uma conquista que é sua, do movimento democrático e do povo português em geral: o de comemorar legalmente, em todo o País, o Dia Internacional da Mulher.

## NOS QUARTÉIS

### crecem as acções de descontentamento

Nos meios militares, o descontentamento gerado pela escassez do aumento manifesta-se em acções de crescente amplitude:

—Os sargentos da aviação e paraquedistas de todas as bases do país redigiram circulares, que foram distribuídas em todas as bases e enviaram exposições ao governo — Os sargentos da Base Aérea nº 7, numa exposição reivindicativa ao comandante, explicam nestes termos a forma como têm conseguido haver-se com os seus diminutos vencimentos: «Crê-se que a resposta — afirmam os sargentos — está toda inteira no facto de que, quase na sua totalidade, a corporação de sargentos já efectuou uma ou outra

comissão no Ultramar, onde, como é do conhecimento geral, o nível de vida está uns poucos de furos acima daquele que se usufrui em território metropolitano. Daí, o guardar-se no verão para se consumir no inverno. Daí também o grande afluxo de voluntariedade para prestação de serviços nas províncias ultramarinas».

Anunciando o restabelecimento do abono de fardamento e vestuário para os sargentos do quadro permanente dos 3 ramos das Forças Armadas e pouco mais prometendo, o ministro da Defesa procura em vão deter, com o espantoso da «agitação», a vaga de descontentamento que cresce nos quartéis.

## QUE OS ESTADOS UNIDOS tirem as mãos da Indochina!

Há muito que a intervenção militar dos Estados Unidos no Laos era um facto, embora se observasse o silêncio imperialista sobre as operações de guerra conduzidas pelos «conselheiros» militares norte-americanos junto do governo de Savana Fuma, como os bombardeamentos aéreos na planície de Jarros recentemente libertada pelas forças patrióticas lausianas. Por outro lado, sob a complacência e cumplicidade do governo de Savana Fuma, os círculos governativos dos Estados Unidos, por intermédio dos serviços de espionagem americana (C. I. A.) armaram e comandam directamente um exército de fanteches lausianos contra os patriotas da Frente Patriótica do Laos e infiltram, com o mesmo objectivo, tropas regulares da Tailândia no Laos.

Alargando as suas acções provocatórias contra o Camboja, os imperialistas norte-americanos estão a alargar a guerra a toda a Indochina. A luta armada que os patriotas cambojanos não deixarão de empreender contra o governo fantoche instalado em Phnom Penh após o golpe de Estado reaccionário fomentado e organi-

zado pela C. I. A., servirá naturalmente de pretexto aos fomentadores de guerra de Washington para intervir militarmente no Camboja.

Ao declarar: «... afirmo, pelo menos por agora, prescindirmos do auxílio militar dos Estados Unidos na expulsão dos norte-vietnamitas e vietcongues do nosso território», o representante diplomático do governo fantoche do Camboja em Washington, Tay Sok, não deixa quaisquer dúvidas a esse respeito, como não as deixa o facto dos comandos de unidades americanas terem sido «autorizados» o utilizar o «direito de perseguição» contra as forças vietcongues e norte-vietnamitas no interior do território do Camboja.

Que se manifeste junto da Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa, e no consulado, no Porto, o protesto de todos os portugueses, patriotas e partidários da paz, exigindo que os Estados Unidos tirem as mãos do Vietnam, do Laos e do Camboja — que cessem as suas acções provocatórias e de sapa contra os povos do Sueste Asiático!

## CABORA-BASSA

### colossal negociata colonialista

A construção da barragem de Cabora-Bassa, em Moçambique, em que o governo do ditto militarista de M. Caetano e o seu parceiro racista da África do Sul estreitam ainda mais os laços que os unem, é um passo acelerado na pilheagem colonialista em África.

Grupos capitalistas sul-africanos, alemães, franceses, italianos e portugueses, associados no Consórcio ZAMCO, preparam-se para emassar lucros fabulosos à custa das riquezas naturais e do trabalho escravo do povo moçambicano, contando igualmente com a mão de obra barata de milhares de operários portugueses.

Alfrendo clinicamente que seria puro erro pensar que os empresários de milhões de contos vindos do estrangeiro com destino a Cabora Bassa poderiam ser concedidos para a construção de escolas, estradas ou fábricas, que fariam aos povos coloniais e ao povo português, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros Franco Nogueira punha impudicamente a descoberto a criminosa política colonialista e de traição nacional do governo fascista.

Os monopolistas da banca em Portugal rejeitam. Enquanto canalizam um milhão e 700 mil contos para Cabora Bassa, dificultam o crédito bancário à indústria racional, provocando assim o agravamento da crise que afecta os sectores económicos de importância fundamental no nosso País. Na mira de lucros colossais, preferem pactuar com os racistas da África do Sul, cuja indústria em expansão, no dizer

do fascista Franco Nogueira, «precisa de considerável energia dentro de 3 ou 4 anos». Numa obra completamente alheia às necessidades do povo português e do País, está já previsto que a participação de capital português elinje nada menos de 4 milhões de contos!

Por seu turno, o governo de M. Caetano mostra-se muito mais preocupado com o desenvolvimento e expansão económica de uma vasta área da África Austral, sob o domínio dos racistas da África do Sul e da Rodésia e dos colonialistas portugueses, do que com o desenvolvimento económico nacional, que condena ao marasmo. O governo classifica Cabora Bassa como «o mais arrojado empreendimento até hoje levado a cabo em todo o continente africano». O que sem sombra de dúvida não pode ser negado é que Cabora Bassa é uma gigantesca negociata, sob a égide fascista, para um punhado de monopolistas sem pátria e, particularmente, para os mais seguros aliados do governo português, os inimigos mais encarnicados dos movimentos de libertação nacional dos povos africanos, os regimes racistas da África do Sul e da Rodésia.

Cabora Bassa não significa progresso, mas maior exploração e opressão ao povo moçambicano. Por isso, os patriotas da FRELIMO declaram com razão que estão decididos a impedir a execução de Cabora Bassa e de quaisquer empreendimentos destinados a agravar a exploração colonialista e o jugo imperialista no seu país.